

## Resumo de Convênio

Referência

13/12/2019

Registro => 11020  
Entidade => 50/062  
UNIVERSIDADE DE NAVARRA

**Objetivo :** Regular a forma e as condições pelas quais as partes convenientes se propõem a desenvolver um programa de mútua cooperação e intercâmbio acadêmico, científico e cultural envolvendo áreas de interesse mútuo, concretamente aquelas da área da comunicação.

-----  
**Órgão Gestor :** 367 - INT - Assessoria de Assuntos Internacionais  
**Gestor :** 879142 - THAIS DE MENDONCA JORGE  
**Gestor Subst.:** 1007432 - FABIO HENRIQUE PEREIRA  
**Ato:** 0261/2019 - 12/12/2019

-----  
**Instrumento :** 3 - Acordo de Cooperação  
**Natureza :** 6 - Cooperação Técnica, Intercâmbio  
**Esfera Admin. :** 5 - Internacional

-----  
**Data Assinatura:** 28/11/2019 **Data Início :** 28/11/2019 **Data Término :** 28/11/2024

-----  
**Valor :** 0,00  
**Nro Processo :** 23106.029843/2018-42  
**Nro Processo Origem :**  
**Código SIAFI :**

-----1ª Publicação DOU-----

**Responsável:** FUB  
**Data :** 13/12/2019 **Número :** 241 **Página :** 97

-----  
**Contato :** Maria Pilar Lostao  
**Endereço :** Navarra/Espanha  
**Telefone :**

**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ACADÊMICO, CIENTÍFICO  
E CULTURAL QUE CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE  
BRASÍLIA E A FACULTAD DE COMUNICACIÓN DA  
UNIVERSIDAD DE NAVARRA**

A Universidade de Brasília, instituição federal de ensino superior criada pela Lei nº 3.998, de 15/12/1961 e instituída pelo Decreto nº 500, de 15/01/1962, inscrita no CNPJ sob nº 00.038.174/0001-43, sediada no "Campus Universitário Darcy Ribeiro", Asa Norte, CEP 70910-900, Brasília/DF, Brasil, neste ato representada por sua Reitora, Prof.<sup>a</sup> Márcia Abrahão Moura, brasileira, residente e domiciliada em Brasília/DF, portadora do CPF nº 334.590.531-00 e do RG nº 960490/DF, credenciada pelo Decreto Presidencial de 21 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de novembro de 2016, seção 2, pg. 1, com a competência do respectivo Estatuto, e a Universidad de Navarra, com sede em Pamplona, Espanha, neste ato representada por sua Vice-Reitora de Relações Internacionais, María Pilar Lostao, resolvem celebrar o presente Memorando de Entendimento Acadêmico, Científico e Cultural, em conformidade com a legislação vigente em seus respectivos países, e mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O presente Memorando regula a forma e as condições pelas quais as partes convenientes se propõem a desenvolver um programa de mútua cooperação e intercâmbio acadêmico, científico e cultural, envolvendo áreas de interesse mútuo, concretamente aquelas da área da Comunicação.

O programa de cooperação referido nesta cláusula envolverá, especificamente:

- 1 - troca de informações entre os responsáveis por trabalhos de pesquisas;
- 2 - elaboração de projetos e programas de pesquisa;
- 3 - permuta de equipamentos e material bibliográfico;
- 4 - troca de experiências e informações pedagógicas;
- 5 - permuta de recursos de ensino;
- 6 - intercâmbio de professores, estudantes, especialistas e técnicos administrativos;
- 7 - presença recíproca em eventuais debates, conferências ou simpósios de mútuo interesse.

Sempre dentro do referido âmbito da Comunicação, por meio das respectivas faculdades que se ocupam dessa área científica.

**DAS CONDIÇÕES**

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Para a consecução do objeto proposto, a Facultad de Comunicación de la Universidad de Navarra e a Universidade de Brasília comprometem-se a:

- I - Designar os respectivos executores deste Memorando.
- II - Estimular, no âmbito das respectivas instituições, o estudo do idioma, da literatura e da cultura dos respectivos países.
- III - Promover estágio e permitir ao pessoal pertencente às instituições que integram o presente Memorando, acesso às dependências e instalações do departamento específico da Instituição.
- IV - Assegurar que os resultados decorrentes de pesquisa comum sejam amplamente divulgados com expressa menção deste Memorando e, também, o mútuo direito de patente e autoria, observadas as regulamentações jurídicas internas das partes acordantes.
- V - Elaborar plano de trabalho conjunto para cada atividade de cooperação. Casos específicos serão objeto de convênios próprios.





## DO INTERCÂMBIO

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O intercâmbio se realizará mediante as seguintes condições:

I - Do intercâmbio de estudantes:

- 1 - O número de estudantes participantes dos programas de intercâmbio será determinado mediante prévio entendimento. A cota máxima de intercâmbio para cada ano, em número total de vagas anuais/semestrais, será, a princípio, de 3 vagas anuais;
- 2 - Cada instituição selecionará os estudantes que participarão do intercâmbio. Os estudantes deverão ser aprovados pela instituição anfitriã;
- 3 - Os estudantes deverão ter um bom domínio do idioma oficial do país sede da instituição anfitriã. A reciprocidade se estabelecerá com base no número de semestres que cada estudante permanecer na instituição anfitriã;
- 4 - O período estudado será, normalmente, o de um período letivo ou de um ano acadêmico;
- 5 - Os estudantes de intercâmbio não pagarão pelo aprendizado na instituição anfitriã;
- 6 - Quando possível, a instituição anfitriã providenciará hospedagem para os estudantes de intercâmbio, sem, contudo, tornar-se uma obrigação;
- 7 - Ao final do período de exames, a universidade de destino comunicará, dentro de 30 (trinta) dias do término das atividades acadêmicas, os resultados obtidos pelos estudantes por meio do envio à universidade de origem de cópias dos históricos escolares. A universidade de origem incluirá, conforme seus estatutos e regulamentos, os resultados obtidos na universidade anfitriã no histórico escolar do programa no qual os estudantes estiverem matriculados.

II - Do intercâmbio de professores:

- 1 - O número de professores por ano será determinado conforme as necessidades e os fundos disponíveis;
- 2 - O período e o número de horas desse intercâmbio para docência e pesquisa serão determinados, por mútuo acordo, entre as instituições participantes, respeitando-se os procedimentos internos de cada uma;
- 3 - O professor de intercâmbio terá assegurado o direito de utilização das instalações e serviços da instituição anfitriã como qualquer outro professor visitante.

**Proteção de dados:** Os dados pessoais, tanto de professores como de estudantes participantes, serão tratados de acordo com o Decreto real 3/2018 (de 5 de dezembro) da Espanha, transposição do EU General Data Protection Regulation (GDPR). Na Universidade de Brasília, os dados pessoais serão tratados de acordo com a legislação aplicável no Brasil.

## DOS RECURSOS FINANCEIROS

**CLÁUSULA QUARTA** - As partes acordantes poderão compartilhar os custos inerentes às diversas atividades, segundo a sua regulamentação interna e entendimentos prévios e específicos para cada caso. Não haverá transferência de recursos financeiros entre as partes.

## DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

**CLÁUSULA QUINTA** - O presente Memorando vigorará por 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura, podendo ser rescindido, por qualquer das partes, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

O presente Memorando pode ser renovado por até 2 (dois) períodos de igual duração por meio de uma notificação por escrito de uma das partes e uma aceitação escrita pela outra.

A rescisão antecipada deste Memorando não afetará as atividades de intercâmbio de estudantes ou permanência de professores que de fato se encontrem em fase de execução. Essas atividades serão finalizadas quando expire o prazo de duração acordado por ambas as partes.

#### DA PUBLICAÇÃO

**CLÁUSULA SEXTA** - O extrato do presente Instrumento deverá ser publicado no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura, correndo tal iniciativa e despesa por conta da Universidade Brasília.

#### DO FORO

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Ficam elegidos o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília, Distrito Federal, Brasil, e o Foro da Justiça Espanhola para dirimir, no âmbito de suas jurisdições específicas, as questões que resultem deste Memorando que não possam ser decididas por via administrativa.

**Resolução de conflitos:** Os conflitos que surgirem deste Memorando ou tenham relação com este, em relação às atividades desenvolvidas ou realizadas na Espanha, serão encaminhados aos Tribunais civis de Pamplona (Navarra) e Espanha e solucionados por esses. Ambas as partes acordam que os tribunais correspondentes ao domicílio legal da Universidad de Navarra serão a única jurisdição competente para qualquer conflito ou litígio entre as partes surgido em relação às atividades desenvolvidas ou realizadas na Espanha por meio deste Memorando.


Os conflitos que surgirem deste Memorando ou tenham relação com este, em relação às atividades desenvolvidas ou realizadas no Brasil, serão encaminhados ao Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília, Distrito Federal, Brasil, e por esse solucionados. Ambas as partes acordam que os tribunais correspondentes ao domicílio legal da Universidade de Brasília serão a única jurisdição competente para qualquer conflito ou litígio entre as partes surgido em relação às atividades desenvolvidas ou realizadas no Brasil por meio deste Memorando.

Todos os trâmites administrativos serão realizados entre a Facultad de Comunicación da Universidad de Navarra e sua contraparte. As pessoas de contato em cada instituição serão Cristina Pérez Guembe, por parte da Facultad de Comunicación da Universidad de Navarra e Thaís de Mendonça Jorge, por parte da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. As pessoas de contato se manterão mutuamente informadas sobre todas as questões relativas ao intercâmbio: processos de seleção de estudantes, prazos administrativos, calendário acadêmico, disponibilidade de disciplinas, e de todas as circunstâncias que possam afetar o bom andamento do programa.

E, por estarem assim, justas e pactuadas, assinam as partes o presente Memorando em 4 (quatro) vias de igual teor, 2 (duas) em língua portuguesa e 2 (duas) em língua espanhola.

Brasília-DF, 05 de Nov de 2019

  
Márcia Abrahão Moura  
Reitora  
Universidade de Brasília



Navarra-ES, 28 de Nov de 2019

  
María Pilar Lostao  
Vice-Reitora de Relaciones Internacionales  
Universidad de Navarra



## CLÁUSULAS CONTRATUAIS PADRÃO ENTRE OS RESPONSÁVEIS DE TRATAMENTO

para efeitos do artigo 46.3.a) do Regulamento (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas físicas no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e pela revogação da Diretiva 95/46/CE (doravante, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados ou RGPD), para a transferência de dados pessoais para os e carregados do tratamento estabelecidos em terceiros países que não garantem, a juízo da Comissão Europeia, proteção adequada dos dados de carácter pessoal.

### Nome da entidade exportadora dos dados: UNIVERSIDAD DE NAVARRA

Endereço: Campus Universitário, S / N, Edificio Central.31080 Pamplona (Navarra, Espanha).

Tel.: (34) 948 42 56 00; Fax: (+34) 948 42 56 16; E-mail: cpguembe@unav.es

Outros dados necessários para identificar a entidade: NIF: ES-3168001J. Inscrita no Registro de Universidades Centrais e Títulos do Ministério da Educação, Cultura e Esportes do Governo da Espanha com o número 031.

(doravante, o "exportador de dados")

### Nome da entidade importadora de dados: UNIVERSIDADE DE BRASILIA

Endereço: *Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, CEP 70910-900 (Brasília-DF, Brasil)*

Tel: +556131070214; Correo electrónico: thaisdemendonca@gmail.com

Outros dados necessários para identificar a entidade: *Campus Universitário Darcy Ribeiro, Prédio da Reitoria, Térreo, Sala BT 01/7 Asa Norte, Brasília, DF - Brasil.*

(doravante, o "importador de dados")

CONCORDAM nas seguintes cláusulas contratuais (doravante, "as cláusulas"), com objetivo de oferecer garantias suficientes a respeito da proteção da vida privada e dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas para a transferência pelo exportador de dados ao importador de dados dos dados pessoais especificados no Apêndice 1.

### Cláusula 1ª

#### Definições

Para os fins das presentes cláusulas:

- a) "dados pessoais", "categorias de dados especiais", "tratamento", "responsável pelo tratamento", "responsável pelo tratamento", "interessado" e "autoridade de controle" têm o mesmo significado que no Regulamento Geral sobre Proteção de Dados. (<https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj>);
- b) "exportador de dados" significa o controlador de dados que transfere os dados pessoais;
- c) "importador de dados" significa o responsável pelo tratamento que aceita receber do exportador dados pessoais para seu tratamento posterior de acordo com os termos destas cláusulas e que não está sujeito ao sistema de um país terceiro que garanta sua proteção adequada.

### Cláusula 2ª

#### Detalhes da transferência

Os detalhes da transferência e, em particular, as categorias de dados pessoais e a finalidade para o qual são transferidos, são especificados no Apêndice 1, que faz parte integrante das presentes cláusulas.

### Cláusula 3ª

#### Cláusula de terceiro beneficiário

Os interessados podem exigir a execução desta cláusula e das letras b), c) e d) da cláusula 4, letras a), b), c) e e) da cláusula 5, parágrafos 1 e 2 da cláusula 6 e cláusulas 7, 9 e 11 como terceiros beneficiários. As partes não se opõem ao fato de os interessados serem representadas por uma associação ou outras entidades, se assim o desejarem e forem permitidas pela Direção Nacional.

### Cláusula 4ª

#### Obrigações do exportador de dados

O exportador de dados pactua e garante o seguinte:



2. As partes concordam que, pelo acordo entre o interessado e a parte correspondente, o conflito específico poderá ser submetido a um organismo de arbitragem, se essa parte estiver estabelecida em um país que tenha ratificado a Convenção de Nova York sobre a execução de decisões arbitrais.
3. As partes concordam que os parágrafos 1 e 2 serão aplicáveis sem prejuízo dos direitos materiais ou procedimentais do interessado para obter reparação de acordo com outras disposições do Direito Nacional ou Internacional.

Cláusula 8ª

**Cooperação com as autoridades de controle**

As partes concordam em depositar uma cópia do presente contrato com a autoridade de controle, se necessário, ou se o depósito for exigido de acordo com a Direito Nacional.

Cláusula 9ª

**Rescisão das cláusulas**

As partes concordam que a rescisão das presentes cláusulas em qualquer momento, em qualquer circunstância e por qualquer motivo, não as isentará do cumprimento das obrigações e condições estipuladas nestas cláusulas com relação ao tratamento dos dados transferidos.

Cláusula 10

**Legislação Aplicável**

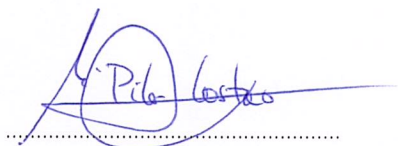
As cláusulas serão regidas pela legislação do estado-membro de estabelecimento do exportador de dados, ou seja, a Espanha.

Cláusula 11

**Variação do contrato**

As partes se comprometem a não variar ou modificar os termos das presentes cláusulas.

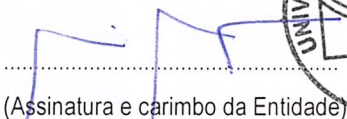
Em nome do exportador de dados: **MARIA PILAR LOSTAO CRESPO, VICE-REITORA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**



(Assinatura e carimbo da Entidade)



Em nome do importador de dados: **MÁRCIA ABRAHÃO MOURA, REITORA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**



(Assinatura e carimbo da Entidade)



05/11/2019

## Apêndice 1 às cláusulas contratuais padrão

O presente apêndice é parte integrante das cláusulas e deverá ser preenchido e assinado pelas partes.

**Exportador dos dados:** O exportador de dados é a Universidad de Navarra, instituição privada de ensino superior com endereço no Campus Universidad de Navarra, 31009, Pamplona, Espanha.

**Importador dos dados:** O importador de dados é a Universidade de Brasília, Instituição federal de ensino superior, com endereço no Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, CEP 70910-900, Brasília-DF, Brasil.

Ambas desejam favorecer o intercâmbio mútuo de professores, pesquisadores e estudantes, promovendo os projetos de internacionalização que o tornam possível.

*Finalidade da transferência. A transferência é necessária para os seguintes objetivos (especificar):*

Gerenciar o intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes.

*Interessados Os dados pessoais transferidos se referem às seguintes categorias de interessados (especificar):*

Professores, pesquisadores e estudantes de ambas as universidades

*Categorias de dados. Os dados pessoais transferidos se enquadram nas seguintes categorias de dados (especificar):*

Dados de identificação, dados de contato, dados acadêmicos, dados do Curriculum Vitae

*Informação sensível (se aplicável). Os dados pessoais transferidos se enquadram nas seguintes categorias de dados sensíveis (especificar):*

Nenhuma categoria especial de dados será tratada.

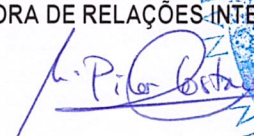

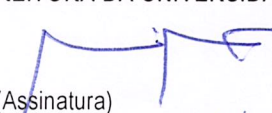

*Destinatários*

Os dados transferidos poderão ser fornecidos unicamente para os seguintes destinatários ou categorias de dados:

Não haverá cessões a terceiros.

*Período máximo de armazenamento*

Os dados pessoais transferidos poderão ser armazenados durante a estadia de intercâmbio e nos períodos que a legislação vigente em cada Estado preveja para a conservação de registros acadêmicos.

<p>exportador de dados: <b>MARIA PILAR LOSTAO CRESPO,</b> <b>VICE-REITORA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b></p>  <p>(Assinatura)</p> 	<p>Importador de dados: <b>MÁRCIA ABRAHÃO MOURA,</b> <b>REITORA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA</b></p>  <p>(Assinatura)</p> <p>05/11/2019</p> 
--	--

## Apêndice 2 às cláusulas contratuais padrão

### Princípios obrigatórios para a proteção de dados contemplados no primeiro parágrafo da letra b) da cláusula 5.

Os princípios presentes para a proteção de dados serão lidos e interpretados à luz das disposições (princípios e exceções pertinentes) do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

Se aplicação submetidos às normas obrigatórias da legislação nacional aplicável aos importadores de dados que não excedam o que é necessário em uma sociedade democrática, isto é, quando constituírem uma medida necessária para a salvaguarda da segurança do Estado, a defesa, a segurança pública, a prevenção, a investigação, a detecção e a repressão de infrações penais ou deontológicas nas profissões regulamentadas, um interesse econômico e financeiro significativo do Estado, ou a proteção do interessado ou dos direitos e liberdades de outras pessoas.

1. *Limitação da finalidade:* Os dados serão tratados e utilizados ou transferidos posteriormente apenas para as finalidades concretas do apêndice 1 das cláusulas. Os dados não serão mantidos por mais tempo do que o necessário para essas finalidades.
2. *Qualidade e proporcionalidade dos dados:* Os dados serão precisos e, se necessário, serão atualizados. Os dados serão adequados, pertinentes e não excessivos em relação a finalidade de sua transferência e posterior tratamento.
3. *Transparência:* Devem ser fornecidas aos interessados informações sobre a finalidade do tratamento e a identidade do responsável pelo tratamento dos dados no país terceiro, assim como qualquer outra informação na medida necessária para garantir o tratamento leal, a menos que esta informação já tenha sido fornecida pelo exportador de dados.
4. *Segurança e confidencialidade:* O responsável pelo tratamento de dados deverá adotar medidas técnicas e de organização apropriadas para a segurança contra os riscos apresentados pelo tratamento, por exemplo, acesso não autorizado. Pessoas que atuam sob a autoridade do responsável de tratamento, incluindo o encarregado de tratamento, não processarão os dados a menos que recebam instruções do responsável.
5. *Direitos de acesso, retificação, exclusão e bloqueio dos dados :* O interessado terá o direito de acesso a todos os dados a seu respeito e que estiverem sendo processados, assim como o direito de retificar, suprimir ou bloquear esses dados quando seu tratamento não cumpra os princípios estabelecidos no presente apêndice, em particular por estarem incompletos ou imprecisos. Também poderá se opor ao tratamento de dados a seu respeito por motivos legítimos e convincentes relacionados à sua situação particular.
6. *Restrições à transferência subsequente:* A subsequente transferência de dados pessoais do importador de dados para outro controlador de dados estabelecido em país terceiro que não proporcione uma proteção adequada ou que não esteja abrangida por uma Decisão da Comissão Europeia (transferência subsequente) só pode ocorrer se:
  - a) os interessados, no caso de categorias especiais de dados, derem seu consentimento inequívoco para a transferência subsequente ou, em outros casos, tiveram a oportunidade de exercer seu direito de levantar objeções. A informação mínima que deve ser fornecida aos interessados incluirá, em um idioma compreensível para eles:
    - a finalidade da transferência subsequente,
    - a identificação do exportador de dados estabelecido na Comunidade,
    - as categorias dos destinatários subsequentes dos dados e dos países de destino, bem como
    - uma explicação de que, após a transferência subsequente, os dados podem ser tratados por um responsável de tratamento estabelecido em um país onde não há um nível adequado de proteção da vida privada das pessoas; ou
  - b) o exportador de dados e o importador de dados concordam com a adesão às cláusulas de outro responsável de tratamento, tornando-se parte presente dessas cláusulas e assumindo as mesmas obrigações que o importador de dados.
7. *Categorias de dados especiais :* Quando se tratar de dados reveladores de origem racial ou étnica, opiniões políticas, crenças religiosas ou filosóficas ou participação em organizações sindicais, dados relacionados à saúde ou vida sexual e dados relacionados a infrações, condenações criminais ou medidas de segurança, por razões de segurança, devem ser previstas garantias adicionais para efeitos da Diretiva 95/46/CE, em particular medidas de segurança adequadas, como a codificação dos dados para transmissão ou a manutenção de um registo de acesso a dados sensíveis.
8. *Marketing direto:* Quando o tratamento de dados é feito para fins de marketing direto, deverá haver procedimentos efetivos que permitam ao interessado exercer, a qualquer momento, o direito de "excluir" suas informações pessoais para esses fins.
9. *Decisão individual automatizada:* Os interessados terão o direito de não ser objeto de uma decisão baseada exclusivamente no tratamento automatizado dos dados, a menos que sejam tomadas outras medidas que garantam o interesse legítimo da pessoa, tal como estabelecido no parágrafo 2 do artigo 15 da Diretiva 95/46/CE. Quando a finalidade da transferência seja tomar uma decisão automatizada contemplada no artigo 15 da Diretiva 95/46 / CE, que tenha efeitos jurídicos sobre o interessado ou que o afete de maneira significativa e que se baseia unicamente em um tratamento automatizado de dados destinado a avaliar determinados aspectos de sua personalidade, como desempenho no trabalho, crédito, confiabilidade, conduta, etc. o interessado terá o direito de conhecer as razões dessa decisão.







MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO ACADÉMICO,  
CIENTÍFICO Y CULTURAL QUE CELEBRAN LA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA Y LA FACULTAD DE  
COMUNICACIÓN DE LA UNIVERSIDAD DE NAVARRA

La *Universidade de Brasília*, institución federal de enseñanza superior creada por la Ley nº 3.998, de 15/12/61 e instituida por el Decreto nº 500, de 15/01/62, inscrita en el CNPJ bajo el número 00.038.174/0001-43, con sede en el *Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, CEP 70910-900, Brasília-DF, Brasil*, representada en este acto por su Rectora, Prof. Márcia Abrahão Moura, brasileña, residente y domiciliada en Brasília- DF, titular del CPF n.º 334.590.531-00 y del Documento de Identidad n.º 960490/DF, acreditada por el Decreto presidencial de 21 de noviembre de 2016, publicado en el DOU de 22 de noviembre de 2016, sec. 2, pg.1 con la competencia constante del respectivo Estatuto, y la Universidad de Navarra, con sede en Pamplona, España, en este acto representada por su Vicerrectora de Relaciones Internacionales, María Pilar Lostao, con atribuciones para suscribir el presente acuerdo, resuelven celebrar el presente Memorándum de Entendimiento, en conformidad con la legislación vigente en sus respectivos países y mediante las cláusulas y condiciones pactadas, a seguir:

DEL OBJETO

**CLÁUSULA PRIMERA** - El presente Memorándum regula la forma y las condiciones por las cuales las partes en convenio se proponen desarrollar un programa de mutua cooperación e intercambio académico, científico y cultural, abarcando áreas de interés mutuo, en concreto las que ocupan el ámbito de la Comunicación.

El programa de cooperación referido en esta cláusula abarcará, específicamente:

- 1 - Intercambio de informaciones entre los responsables por trabajos de investigación;
- 2 - Elaboración de proyectos y programas de investigación;
- 3 - Intercambio de equipamientos y de material bibliográfico.
- 4 - Intercambio de experiencias y de informaciones pedagógicas;
- 5 - Intercambio de recursos de enseñanza;
- 6 - Intercambio de profesores, estudiantes, especialistas y técnicos administrativos;
- 7 - Presencia recíproca en eventuales debates, conferencias o simposios de mutuo interés.

Siempre dentro del referido ámbito de la Comunicación, a través de las respectivas facultades que se ocupan de esta área científica.

DE LAS CONDICIONES

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Para la obtención del objetivo propuesto, la la Facultad de Comunicación de la Universidad de Navarra y la *Universidade de Brasília*, se comprometen a:

- I - Designar a los respectivos ejecutores de este Memorándum;
- II - Estimular, en el ámbito de las respectivas instituciones, el estudio del idioma, de la literatura y de la cultura de los respectivos países;
- III - Promover prácticas y permitir, al personal perteneciente a las universidades que integran el presente Memorándum, el acceso a las dependencias e instalaciones del departamento específico de la institución;



IV - Asegurar que los resultados obtenidos de la investigación conjunta sean ampliamente divulgados con la expresa mención a este Memorándum y, también, el mutuo derecho de patente y de autor, siguiendo los reglamentos jurídicos internos de las partes en convenio;

V – Elaborar un plan de trabajo conjunto para cada actividad de cooperación. Casos específicos serán objeto de convenios propios.

## DEL INTERCAMBIO

**CLÁUSULA TERCERA** - El intercambio se realizará mediante las siguientes condiciones:

I - Del intercambio de estudiantes:

1 - El número de estudiantes participantes en los programas de intercambio será determinado mediante previo aviso. La cuota máxima de intercambio para cada año, en número total de plazas anuales / semestrales, será, en principio, de 3 plazas anuales.

2 - Cada universidad seleccionará a los estudiantes de intercambio. Esos estudiantes deberán ser aprobados por la parte anfitriona;

3 - Los estudiantes deberán tener un buen dominio de la lengua oficial del país sede de la universidad anfitriona; la reciprocidad se establecerá sobre la base del número de semestres que cada alumno de intercambio permanezca en la institución de acogida;

4 - El periodo estudiado será de un periodo lectivo o de un año académico;

5 - Los estudiantes de intercambio no pagarán por el aprendizaje en la universidad anfitriona;

6 - Las universidades ofrecerán hospedaje para los estudiantes, cuando sea posible, no significando eso una obligación

7 - Al final del periodo de exámenes, la universidad de destino comunicará, en los treinta (30) días posteriores al término de la actividad académica, los resultados obtenidos por los estudiantes mediante el envío a la universidad de origen de las copias de los expedientes académicos. La universidad de origen incluirá, conforme a sus estatutos y reglamentos, los resultados obtenidos en la universidad de destino en el expediente académico del programa en que los estudiantes estén matriculados.

II - Del intercambio de profesores:

1 - El número de profesores por año será determinado conforme las necesidades y los fondos disponibles;

2 - El periodo y el número de horas del intercambio para docencia e investigación serán determinados, de mutuo acuerdo, entre las instituciones participantes, respetándose los procedimientos internos de cada una;

3 - El profesor de intercambio tendrá los mismos derechos de utilización de las instalaciones que cualquier otro profesor visitante;

**Protección de datos:** Los datos personales tanto de profesores como de alumnos participantes serán tratados de acuerdo al Real Decreto 3/2018 (5 de diciembre) de España, transposición del EU General Data Protection Regulation (GDPR). En *Universidade de Brasília*, los datos personales serán tratados de acuerdo a la legislación aplicable en Brasil.

#### DE LOS RECURSOS FINANCIEROS

**CLÁUSULA CUARTA** - Las partes que firman el convenio podrán compartir los costos de las diversas actividades, según entendimientos previos y específicos para cada caso.

No habrá transferencia de recursos financieros entre las partes.

#### DE LA VIGENCIA Y RESCISIÓN

**CLÁUSULA QUINTA** - El presente Memorándum tendrá vigencia por 05 (cinco) años a partir de la fecha de su firma, pudiendo ser rescindido, por cualquiera de las partes, mediante notificación, por escrito, con antelación mínima de 180 (ciento ochenta) días.

El presente Memorándum podrá renovarse por dos (2) periodos de igual duración por medio de una manifestación por escrito de una de las partes y la aceptación por escrito de la otra.

La resolución anticipada de este convenio no afectará a las actividades de intercambio de alumnos o estancia de profesores que en concreto se encuentren en fase de ejecución. Estas actividades finalizarán cuando expire su plazo de duración convenido por ambas partes

#### DE LA PUBLICACIÓN

**CLÁUSULA SEXTA** - El extracto del presente instrumento deberá ser publicado en el *Diário Oficial da União*, en el plazo de 20 (veinte) días a contar de la fecha de la firma, corriendo tal iniciativa y gasto a cuenta de la *Universidade de Brasília*.

#### DEL FORO

**CLÁUSULA SÉPTIMA** - Quedan elegidos el Foro de la Justicia Federal, Sección Judicial de Brasília, Distrito Federal, Brasil, y el Foro de la Justicia Española para dirimir, en el ámbito de sus jurisdicciones específicas, las cuestiones resultantes del presente Memorándum que no puedan ser decididas por vía administrativa.

**Resolución de conflictos:** Los conflictos que surjan de o tengan relación con este Convenio, en relación con actividades desarrolladas o realizadas en España, serán referidos a y resueltos por los Tribunales civiles de Pamplona (Navarra) y España. Ambas partes acuerdan que los tribunales correspondientes al domicilio legal de la Universidad de Navarra serán la única jurisdicción competente para cualquier conflicto o litigio entre las partes surgido en relación a actividades desarrolladas o realizadas en España bajo este Convenio.

Los conflictos que surjan de o tengan relación con este Convenio, en relación con actividades desarrolladas o realizadas en Brasil, serán referidos a y resueltos por el Foro de la Justicia Federal, Sección Judicial de Brasília, Distrito Federal, Brasil. Ambas partes acuerdan que los tribunales correspondientes al domicilio legal de la *Universidade de Brasília* serán la única jurisdicción competente para cualquier conflicto o litigio entre las partes surgido en relación a actividades desarrolladas o realizadas en Brasil bajo este Convenio.




Todos los trámites administrativos se realizarán entre la Facultad de Comunicación de la Universidad de Navarra y su recíproca. Las personas de contacto en cada institución serán Cristina Pérez Guembe, por parte de la Facultad de Comunicación de la Universidad de Navarra y Thaís de Mendonça Jorge, por parte de la Faculdade de Comunicação de la *Universidade de Brasília*. Las personas de contacto se mantendrán mutuamente informadas sobre todas las cuestiones relativas al intercambio: procesos de selección de alumnos, plazos administrativos, calendario académico, disponibilidad de asignaturas, y de todas las circunstancias que puedan afectar a la buena marcha del programa.


Y, por estar así, justas y pactadas, firman las partes el presente Memorándum en 04 (cuatro) copias de igual tenor y forma, 02 (dos) copias en lengua española y 02 (dos) copias en lengua portuguesa.


Brasília-DF, 05 de Nov de 20 19

Navarra-ES, 23 de Nov de 20 19

  
Márcia Abrahão Moura  
Reitora  
Universidade de Brasília



  
María Pilar Costas  
Vicerrectora de Relaciones Internacionales  
Universidad de Navarra



**Márcia Abrahão Moura**  
Reitora

## CLÁUSULAS CONTRACTUALES TIPO ENTRE RESPONSABLES DE TRATAMIENTO

a efectos del artículo 46.3.a) del REGLAMENTO (UE) 2016/679 DEL PARLAMENTO EUROPEO Y DEL CONSEJO de 27 de abril de 2016 relativo a la protección de las personas físicas en lo que respecta al tratamiento de datos personales y a la libre circulación de estos datos y por el que se deroga la Directiva 95/46/CE (en lo sucesivo, Reglamento General de Protección de Datos o RGPD), para la transferencia de datos personales a los encargados del tratamiento establecidos en terceros países que no garanticen a juicio de la Comisión Europea una adecuada protección de los datos de carácter personal.

### Nombre de la entidad exportadora de los datos: UNIVERSIDAD DE NAVARRA

Dirección: Campus Universitario, S/N, Edificio Central. 31080 Pamplona (Navarra, España).

Tel: (34) 948 42 56 00; Fax: (+34) 948 42 56 16; Correo electrónico: cpguembe@unav.es

Otros datos necesarios para identificar a la entidad: NIF: ES-3168001J. Inscrita en el Registro Universidades Centros y Títulos del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte del Gobierno de España con el número 031

(en adelante, el "exportador de datos")

### Nombre de la entidad importadora de los datos: UNIVERSIDAD DE BRASILIA

Dirección: *Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, CEP 70910-900 (Brasília-DF, Brasil)*

Tel: +556131070214; Correo electrónico: thaisdemendonca@gmail.com

Otros datos necesarios para identificar a la entidad: *Campus Universitário Darcy Ribeiro, Prédio da Reitoria, Térreo, Sala BT 01/7 Asa Norte, Brasília, DF - Brasil*

(en adelante, el "importador de datos")

ACUERDAN las siguientes cláusulas contractuales (en adelante, "las cláusulas"), con objeto de ofrecer garantías suficientes respecto de la protección de la vida privada y de los derechos y libertades fundamentales de las personas para la transferencia por el exportador de datos al importador de datos de los datos personales especificados en el apéndice 1.

## Cláusula 1

### Definiciones

A los efectos de las presentes cláusulas:

- a) «datos personales», «categorías especiales de datos», «tratamiento», «responsable del tratamiento», «encargado del tratamiento», «interesado» y «autoridad de control» tendrán el mismo significado que en el Reglamento General de Protección de Datos (<https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj>);
- b) Por "exportador de datos" se entenderá el responsable del tratamiento que transfiera los datos personales;
- c) Por "importador de datos" se entenderá el responsable del tratamiento que acepte recibir del exportador datos personales para su posterior tratamiento de conformidad con los términos de las presentes cláusulas y que no esté sujeto al sistema de un tercer país por el que se garantice su protección adecuada.

## Cláusula 2

### Detalles de la transferencia

Los detalles de la transferencia y, en particular, las categorías de datos personales y la finalidad para la que éstos se transfieren, quedan especificados en el apéndice 1, que forma parte integrante de las presentes cláusulas.

## Cláusula 3

### Cláusula de tercero beneficiario

Los interesados podrán exigir la ejecución de la presente cláusula y de las letras b), c) y d) de la cláusula 4, las letras a), b), c) y e) de la cláusula 5, los apartados 1 y 2 de la cláusula 6 y las cláusulas 7, 9 y 11 como terceros beneficiarios. Las partes no se oponen a que los interesados estén representados por una asociación u otras entidades si así lo desean y lo permite el Derecho nacional.

## Cláusula 4

### Obligaciones del exportador de datos

El exportador de datos acuerda y garantiza lo siguiente:

- a) El tratamiento, incluida la propia transferencia, de los datos personales por su parte ha sido efectuado y, hasta el momento de la transferencia, seguirá efectuándose con arreglo a todas las normas pertinentes del Estado miembro de establecimiento del exportador de datos (y, en caso necesario, se ha notificado a las autoridades pertinentes de dicho Estado) y no infringe las disposiciones pertinentes del mismo;



- b) Si la transferencia incluye categorías especiales de datos, se ha informado al interesado, o será informado antes de la transferencia, de que sus datos podrían ser transferidos a un tercer país que no proporcione una protección adecuada;
- c) A petición de los interesados, les facilitará una copia de las presentes cláusulas como se ha acordado; y
- d) Responderá en un período de tiempo razonable y en la medida en que sea razonablemente posible, a las consultas de la autoridad de control sobre el tratamiento de los datos personales pertinentes por parte del importador de datos y a cualquier consulta del interesado relativa al tratamiento de sus propios datos personales por parte del importador de datos.

#### Cláusula 5

##### Obligaciones del importador de datos

El importador de datos acuerda y garantiza lo siguiente:

- a) No tiene motivos para creer que la legislación que le es de aplicación le impide cumplir sus obligaciones a tenor del contrato, y que en caso de modificación de la legislación que pueda tener probablemente un importante efecto negativo sobre las garantías proporcionadas por las cláusulas, notificará dicho cambio al exportador de datos y a la autoridad de control donde esté establecido el exportador de datos, en cuyo caso estará éste en su derecho de suspender la transferencia de datos o de rescindir el contrato;
- b) Tratará los datos personales de conformidad con los principios obligatorios para la protección de datos, establecidos en el apéndice 2.
- c) Tratará adecuadamente en los periodos de tiempo prescritos todas las consultas razonables procedentes del exportador de datos o de los interesados relacionadas con su tratamiento de los datos personales sujetos a transferencia y cooperará con la autoridad de control competente en el transcurso de toda su investigación y se someterá al dictamen de la misma en lo que respecta al tratamiento de los datos transferidos;
- d) A petición del exportador de datos, someterá sus instalaciones de tratamiento de datos con fines de auditoría, que será realizada por el exportador de datos o por un organismo de inspección, compuesto por miembros independientes y que posean las cualificaciones profesionales exigidas, seleccionado por el exportador de datos y, cuando corresponda, de conformidad con la autoridad de control;
- e) Pondrá a disposición de los interesados, previa petición de éstos, una copia de las presentes cláusulas e indicará la oficina encargada de gestionar las quejas.

#### Cláusula 6

##### Responsabilidad

1. Las partes acuerdan que los interesados que hayan sufrido daños como resultado del incumplimiento de las disposiciones mencionadas en la cláusula 3 tendrán derecho a percibir una compensación de las partes por el daño sufrido. Las partes acuerdan que solamente podrán considerarse exentas de esta responsabilidad si demuestran que ninguna de ellas es responsable del incumplimiento de dichas disposiciones.
2. El exportador de datos y el importador de datos acuerdan que serán responsables solidarios por los daños a los interesados resultantes de todo incumplimiento contemplado en el apartado 1. En caso de tal incumplimiento, el interesado podrá interponer una demanda judicial contra el exportador de datos, contra el importador de datos o contra ambos.
3. Las partes acuerdan que, si se demuestra que una de ellas es responsable de un incumplimiento contemplado en el apartado 1 por la otra parte, esta última indemnizará a la primera parte por cualquier coste, carga, perjuicio, gasto o pérdida en el que haya incurrido.

#### Cláusula 7

##### Mediación y jurisdicción

1. Las partes acuerdan que, en caso de conflicto entre el interesado y cualquiera de las partes, que no se resuelva de manera amistosa, y si el interesado invoca la cláusula 3 de tercer beneficiario, aceptan la decisión del interesado de:
  - a) Someter el conflicto a mediación por parte de una persona independiente, o, si procede, por parte de la autoridad de control.
  - b) Someter el conflicto a los tribunales del Estado miembro de establecimiento del exportador de datos.
2. Las partes acuerdan que, por acuerdo entre el interesado y la parte correspondiente, el conflicto específico podrá someterse a un organismo de arbitraje, si dicha parte está establecida en un país que haya ratificado la Convención de Nueva York sobre ejecución de laudos arbitrales.



3. Las partes acuerdan que los apartados 1 y 2 se aplicarán sin perjuicio de los derechos sustantivos o procedimentales del interesado a obtener reparación de conformidad con otras disposiciones de Derecho nacional o internacional.

Cláusula 8

**Cooperación con las autoridades de control**

Las partes acuerdan depositar una copia del presente contrato ante la autoridad de control si así lo requiere o si el depósito es exigido con arreglo al Derecho nacional.

Cláusula 9

**Resolución de las cláusulas**

Las partes acuerdan que la resolución de las presentes cláusulas en cualquier momento, en cualquier circunstancia y por cualquier motivo no las eximirá del cumplimiento de las obligaciones y condiciones estipuladas en estas cláusulas en lo que respecta al tratamiento de los datos transferidos.

Cláusula 10

**Legislación aplicable**

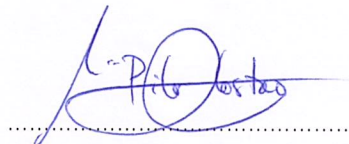
Las cláusulas se regirán por la legislación del Estado miembro de establecimiento del exportador de datos, a saber España.

Cláusula 11

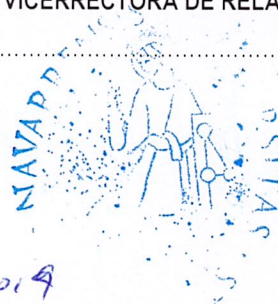
**Variación del contrato**

Las partes se comprometen a no variar o modificar los términos de las presentes cláusulas.

En nombre del exportador de datos: **MARÍA PILAR LOSTAO CRESPO, VICERRECTORA DE RELACIONES INTERNACIONALES**



(Firma y sello de la Entidad)



28/11/2019

En nombre del importador de datos: **MÁRCIA ABRAHÃO MOURA, RECTORA DE LA UNIVERSIDAD DE BRASÍLIA**



(Firma y sello de la Entidad)



05/11/2019

## Apéndice 1 a las cláusulas contractuales tipo

El presente apéndice forma parte integrante de las cláusulas y deberá ser cumplimentado y suscrito por las partes.

*Exportador de los datos:* El exportador de datos es la Universidad de Navarra, Institución privada de Educación Superior con domicilio en Campus Universidad de Navarra, 31009, Pamplona, España.

*Importador de los datos:* El importador de datos es la Universidad de Brasilia, Institución federal de Educación Superior, con domicilio en *Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, CEP 70910-900, Brasília-DF, Brasil.*

Ambos desean favorecer el intercambio mutuo de profesores, investigadores y alumnos, promoviendo los proyectos de internacionalización que lo hagan posible.

*Finalidad de la transferencia. La transferencia es necesaria para los siguientes objetivos (especifíquense):*

Gestionar el intercambio de profesores, investigadores y alumnos.

*Interesados. Los datos personales transferidos se refieren a las siguientes categorías de interesados (especifíquense):*

Profesores, Investigadores y Alumnos de ambas Universidades

*Categorías de datos. Los datos personales transferidos entran dentro de las siguientes categorías de datos (especifíquense):*

Datos identificativos, datos de contacto, datos académicos, datos de Curriculum Vitae

*Información delicada (si es pertinente). Los datos personales transferidos entran dentro de las siguientes categorías de datos delicados (especifíquense):*

No se van a tratar categorías especiales de datos.

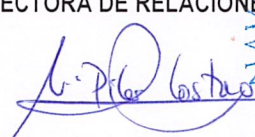

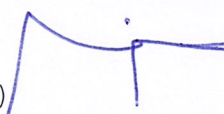

### *Destinatarios*

Los datos transferidos podrán ser facilitados únicamente a los siguientes destinatarios o categorías de datos:

No habrá cesiones a terceros.

### *Período máximo de almacenamiento*

Los datos personales transferidos podrán almacenarse mientras dure la estancia de intercambio y durante los plazos que la legislación vigente en cada Estado prevea para la conservación de registros académicos.

<p>Exportador de datos: <b>MARÍA PILAR LOSTAO CRESPO</b> VICERRECTORA DE RELACIONES INTERNACIONALES</p> <p> (Firma)</p> <p></p>	<p>Importador de datos: <b>MÁRCIA ABRAHÃO MOURA</b>, RECTORA DE LA UNIVERSIDAD DE BRASÍLIA</p> <p> (Firma)</p> <p></p>
---	---

23/11/19

05/11/2019



## Apéndice 2 a las cláusulas contractuales tipo

### Principios obligatorios para la protección de datos contemplados en el párrafo primero de la letra b) de la cláusula 5.

Los presentes principios para la protección de datos se leerán e interpretarán a la luz de lo dispuesto (principios y excepciones pertinentes) en el Reglamento General de Protección de Datos.

Se aplicarán con sujeción a las normas obligatorias de la legislación nacional aplicable a los importadores de datos que no excedan de lo necesario en una sociedad democrática, es decir, cuando constituyan una medida necesaria para la salvaguardia de la seguridad del Estado, la defensa, la seguridad pública, la prevención, la investigación, la detección y la represión de infracciones penales o de las infracciones de la deontología en las profesiones reglamentadas, un interés económico y financiero importante del Estado, o la protección del interesado o de los derechos y libertades de otras personas.

1. *Limitación de la finalidad*: Los datos se tratarán y se utilizarán o transferirán ulteriormente sólo para las finalidades concretas del apéndice 1 de las cláusulas. Los datos no se conservarán durante más tiempo del necesario para dichas finalidades.
2. *Calidad y proporcionalidad de los datos*: Los datos serán precisos y, en caso necesario, se mantendrán actualizados. Los datos serán adecuados, pertinentes y no excesivos en relación con la finalidad de su transferencia y tratamiento posterior.
3. *Transparencia*: Se deberá facilitar a los interesados información sobre la finalidad del tratamiento y la identidad del responsable del tratamiento de los datos en el tercer país, así como cualquier otra información en la medida en que sea necesaria para garantizar el tratamiento leal, a menos que dicha información ya la haya proporcionado el exportador de datos.
4. *Seguridad y confidencialidad*: El responsable del tratamiento de los datos deberá adoptar medidas técnicas y de organización apropiadas para la seguridad frente a los riesgos que presente el tratamiento, por ejemplo, el acceso no autorizado. Las personas que actúen bajo la autoridad del responsable del tratamiento, incluyendo el encargado del tratamiento, no tratarán los datos a menos que reciban instrucciones del responsable.
5. *Derechos de acceso, rectificación, supresión y bloqueo de los datos*: El interesado tendrá el derecho de acceso a todos los datos que le conciernan y que estén siendo tratados, así como el derecho a rectificar, suprimir o bloquear dichos datos cuando su tratamiento no cumpla los principios establecidos en el presente apéndice, en particular porque sean incompletos o inexactos. También podrá oponerse al tratamiento de los datos que le conciernan por motivos legítimos imperiosos relacionados con su situación particular.
6. *Restricciones a la transferencia ulterior*: La posterior transferencia de datos personales del importador de datos a otro responsable del tratamiento establecido en un tercer país que no proporcione protección adecuada o no amparado por una Decisión de la Comisión Europea (transferencia ulterior) solamente podrá tener lugar si:
  - a) los interesados, en el caso de categorías especiales de datos, han dado su consentimiento de forma inequívoca para la transferencia ulterior, o, en otros casos, han tenido la oportunidad de ejercer su derecho de formular objeciones. La información mínima que se debe proporcionar a los interesados incluirá, en un idioma comprensible para ellos:
    - la finalidad de la transferencia ulterior,
    - la identificación del exportador de datos establecido en la Comunidad,
    - las categorías de destinatarios posteriores de los datos y los países de destino, así como
    - una explicación de que, tras la transferencia ulterior, los datos podrán ser tratados por un responsable del tratamiento establecido en un país donde no haya un nivel adecuado de protección de la vida privada de las personas; o
  - b) el exportador de datos y el importador de datos acuerdan la adhesión a las cláusulas de otro responsable del tratamiento, que pase con ello a ser parte de las presentes cláusulas y asuma las mismas obligaciones que el importador de datos.
7. *Categorías especiales de datos*: Cuando se traten datos que revelen el origen racial o étnico, opiniones políticas, creencias religiosas o filosóficas o pertenencia a organizaciones sindicales, datos relativos a la salud o a la vida sexual, y datos relacionados con infracciones, condenas penales o medidas de seguridad, deberán disponerse garantías adicionales, a efectos de la Directiva 95/46/CE, en particular medidas apropiadas de seguridad como la codificación de los datos para su transmisión o el mantenimiento de un registro de acceso a datos delicados.
8. *Márketing directo*: Cuando el tratamiento de los datos se realice con fines de marketing directo, deberán existir procedimientos efectivos que permitan al interesado ejercer en cualquier momento el derecho de «exclusión» de su información personal para estos fines.
9. *Decisión individual automatizada*: Los interesados tendrán derecho a no ser objeto de una decisión basada exclusivamente en un tratamiento automatizado de los datos, a menos que se tomen otras medidas que garanticen el interés legítimo de la persona, tal como establece el apartado 2 del artículo 15 de la Directiva 95/46/CE. Cuando la finalidad de la transferencia sea tomar una decisión automatizada contemplada en el artículo 15 de la Directiva 95/46/CE, que tenga efectos jurídicos sobre el interesado o que le afecte de manera significativa y que se base únicamente en un tratamiento automatizado de datos destinado a evaluar determinados aspectos de su personalidad, como su rendimiento laboral, crédito, fiabilidad, conducta, etc. el interesado tendrá el derecho de conocer los motivos de dicha decisión.

